

POLÍTICA EDUCACIONAL E FILOSOFIA: DIÁLOGOS ENTRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE

*Thomas Willian Galgarotto Fumagalli**
*Robson dos Santos***

Resumo: A presente entrevista com o Prof. Dr. Robson dos Santos tem por objetivo abordar os marcos legais da política educacional brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, a LDB - Lei nº 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014, dando ênfase para a gestão democrática, a valorização do magistério e a universalização do acesso à educação de qualidade. A partir de sua trajetória acadêmica e profissional, o pesquisador Robson Santos, juntamente com o entrevistador Prof. Me. Thomas Willian Galgarotto Fumagalli, analisa avanços e limites do Plano Nacional de Educação, considerando, sobretudo, os impactos da pandemia no cumprimento das metas estabelecidas. A entrevista oferece aos alunos de licenciatura em Filosofia uma reflexão crítica que articula Filosofia e a formação docente ao campo da política educacional, ressaltando a importância do professor na promoção da cidadania, da justiça social e do pensamento crítico. Aos licenciandos em Filosofia, a entrevista proporciona uma melhor compreensão dos fundamentos da política e gestão escolar, articulando fundamentos teóricos e práticas pedagógicas no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Plano Nacional de Educação. Democracia.

Introdução

A política educacional brasileira se encontra ancorada num robusto conjunto de marcos legais e regulatórios como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014), cujo objetivo é orientar e organizar a gestão contribuindo por meio de diretrizes do sistema educacional nacional, a fim de garantir uma educação de qualidade. Estes instrumentos têm por princípios fundamentais a valorização do magistério, a gestão democrática, a universalização do acesso e a definição de metas estratégicas para a educação em todas as suas etapas.

Neste contexto, a presente entrevista com Robson dos Santos procura salientar a importância desses mecanismos legais na educação, de modo especial, o Plano Nacional de Educação e os diálogos possíveis com a formação do professor em Filosofia. A entrevista se deu no âmbito da disciplina de Política e Organização Escolar, ministrada pelo Prof. Me. Thomas Willian Galgarotto Fumagalli.

* Docente do Departamento de Filosofia da Faculdade João Paulo II – Marília. Professor da disciplina de Política Educacional e Gestão Escolar. thomaswf@hotmail.com

** Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Assessor Técnico na área de política social da Secretaria de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República. relvalins@gmail.com

Robson dos Santos é graduado em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura). É mestre e doutor em Sociologia e também possui doutorado em Política Social (habilitação: Estado, Políticas Sociais e Cidadania). Tem experiência como sociólogo em órgãos da Administração Pública Federal, como docente de Sociologia no ensino médio, na educação profissional e tecnológica e no ensino superior. É Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Atualmente trabalha como Assessor Técnico na área de política social da Secretaria de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República. Tem como principais áreas de interesse: Sociologia da Educação, Ciências Sociais Aplicadas e Indicadores Educacionais.

No Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde esteve por quase uma década, desempenhou papel relevante no monitoramento e avaliação do PNE, desenvolvendo indicadores educacionais e refletindo sobre políticas públicas voltadas à Educação Básica, ao Ensino Superior e à Educação Profissional e Tecnológica. Sua atuação combina o olhar sociológico, a prática acadêmica e a experiência na formulação e acompanhamento de políticas educacionais em nível nacional.

Para os alunos do Curso de Licenciatura em Filosofia da Faculdade João Paulo II como para todos os demais alunos de licenciaturas do Brasil, esta entrevista proporciona uma reflexão crítica sobre a importância dos marcos legais como também da necessidade de se pensar políticas públicas em educação que coadunam com a realidade presente. Isso significa que a formação docente não se limita ao domínio da área filosófica, mas exige também uma compreensão crítica do sistema educacional e de sua história.

A Filosofia, como campo do pensamento reflexivo, pode contribuir numa análise crítica das políticas públicas um terreno fértil, ressaltando os pilares republicanos que devem permear o processo educativo: a equidade, a justiça social e a cidadania como também o imprescindível papel do professor na construção de uma sociedade democrática.

Ao conhecer um pouco a experiência do Prof. Dr. Robson dos Santos, nos possibilita oferecer aos licenciandos uma oportunidade de relacionar os fundamentos filosóficos com a prática educacional concreta, compreendendo de que modo as legislações e políticas públicas de educação podem impactar o cotidiano escolar e as práticas pedagógicas dos professores.

No contexto atual em que se discute a relevância do ensino de filosofia nas escolas, a presente entrevista nos leva a refletir a contribuição deste saber não somente no âmbito escolar, mas no cotidiano, eivado de senso comum. O professor de filosofia tem diante de si um grande desafio: não apenas ensinar os conceitos filosóficos, mas estimular o pensamento crítico, a promoção de argumentação sistemática e rigorosa sobre diversos aspectos da vida, no intuito de oferecer elementos fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Por fim, a entrevista pretende analisar os avanços e limites do Plano Nacional de Educação e discutir suas dificuldades, sobretudo no que tange ao cumprimento das metas num contexto em que a pandemia interferiu consideravelmente em sua execução. Além disso, procura-se compreender os pontos frágeis do Plano Nacional de Educação e quais as perspectivas para se pensar políticas públicas nacionais em educação que sejam exequíveis e dialoguem com a realidade de cada contexto escolar.

Entrevista

Thomas: Fala aí pessoal, tudo bem com vocês? Fala, pessoal, hoje nós estamos aqui para mais uma aula de política educacional, hoje nós estamos direto aqui de Brasília.

Então, pessoal, durante as nossas aulas de política educacional, nós falamos muito sobre o Plano Nacional da Educação, falamos também sobre LDB, sobre toda a história da educação e a gente sabe da importância que é todo esse arcabouço para que ela funcione muito bem e para que ela realmente dê resultados. E para falar um pouquinho mais sobre esse assunto, hoje nós estamos aqui com o convidado especial Robson dos Santos. Atualmente, ele está na presidência da república, mas também já teve uma passagem de grande relevância pelo INEP e ele vai contar para a gente um pouquinho sobre toda a trajetória educacional dele até chegar no INEP. Está certo, Robson, conta para a gente um pouquinho como foi sua trajetória profissional.

Robson: Boa noite, enfim, é obrigado. Eu vou contar um pouquinho, mas vou acabar focalizando no meu período do INEP, enfim, que eu passei lá quase 10 anos.

Eu me formei em Ciências Sociais, fiz pós-graduação e toda a formação dessa área e, a partir de 2005, passei a atuar no Ministério da Educação, na época na Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade, conhecida como SECAD, e fui trabalhar isso em 2005, especificamente na área de política de educação e direitos

humanos. Trabalhei um tempo na SECAD no Ministério da Educação, depois prestei concurso e fui para a Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de Rondônia.

Passei pela Universidade Federal de Goiás e também passei pelo Instituto Brasileiro de Museus, enfim, eu circulei por diversos espaços, seja de ensino de pesquisa, mas também em áreas mais técnicas, mas sempre no âmbito federal e, em 2014, eu fui nomeado para um concurso que é o do INEP que eu tinha prestado anos antes e aí resolvi assumir.

Na época, eu trabalhava na Universidade Federal de Goiás, assumi o INEP então em maio de 2014, para ser mais exato. bom ao longo desse tempo eu estive no INEP até meados do ano passado 2023, estou atualmente requisitado como você lembrou passei por várias, digamos assim atividades, mas todas elas especificamente na diretoria que eu estava que é a diretoria de estudos educacionais e na qual eu permaneci esse tempo todo e o trabalho era dedicado a monitoramento e avaliação de política pública de modo geral e Mais especificamente do Plano Nacional de Educação especialmente após o início de 2015 quando o plano foi aprovado em 2014 em junho de 14, a lei trazia a responsabilidade do INEP produzir relatórios e o monitoramento e publicá-los periodicamente e dentro do INEP a diretoria que eu trabalhava, é que ficou responsável a coordenação especificamente de estudos educacionais responsáveis por produz esse monitoramento então a maior parte das minhas atividades no Inep ao longo desses 10 anos giraram ao redor do monitoramento do Plano Nacional de Educação, existem outras atividades outras questões com as quais eu me envolvi especificamente com avaliação da educação profissional e tecnológica, enfim e outras atividades e internas ao Inep, mas o núcleo duro do trabalho foi dedicado ao monitoramento e avaliação do Plano Nacional de ação plano de 14 até 24 que foi prorrogado agora até 25 e com avaliação de política de educação profissional.

Esse foi o principal campo de atuação nesse período em que estive no Inep.

Thomas: Entendi, é então pessoal, vocês puderam observar que é uma longa trajetória educacional, até chegar no Inep e isso é muito importante pessoal na carreira docente gente porque é a experiência que vai se acumulando e também na carreira de vocês e para vocês irem Avante nessa carreira docente e também buscar tanto a melhora docente quanto novas práticas, então aí o exemplo do Robson que ele foi passando por várias esferas também. Agora conta para a gente, Robson, uma pode ser uma só, mas se tiver

mais contribuição ou momentos que você teve lá no Inep e que você pode sim classificar como os mais importantes,

Robson: São vários eventos, várias situações, mas eu acho que um primeiro momento muito importante, foi assim que o plano nacional de educação em 2014 foi aprovado, já ocorria naquele momento uma discussão sobre como ele seria monitorado a lei responsabilizava o Inep e aí já se iniciou naquele momento a discussão técnica sobre quais seriam os indicadores que medidas que tinham que ser adotadas para o monitoramento do plano isso é importante porque esses indicadores eles passariam a ser referência para estados e municípios no monitoramento dos seus planos, e também passariam a ser um critério de cobrança de controle social do governo federal então o desenvolvimento, o recuo ou avanço das metas do Plano Nacional de Educação precisavam ser medidas precisavam ser acompanhadas, então nesse primeiro momento em 2014 mesmo, toda a discussão que envolvia a delineamento de quais indicadores seriam calculados quais poderiam ser calculados porque muitas metas muitos objetivos do plano por vezes não tem uma medida quantitativa muito evidente, enfim algumas são para exemplificar facilmente compreensíveis do tipo elevar a taxa de alfabetização ou ampliar o percentual de jovens na escola é relativamente simples criar uma medida para isso, mas algumas outras dimensões do Plano Nacional de Educação como, por exemplo, consolidar a gestão democrática eu tenho uma dificuldade de construir o que permite eu monitorar se de fato existem avanços recursos ou qual é a situação geral da gestão democrática.

Mas isso é interessante porque nós fizemos essa discussão do ponto de vista bem técnico, ou seja, que medidas, que dados nós temos que são possíveis de ser úteis de serem empregados nessa nesse trabalho, essa primeira fase acho que foi muito interessante porque envolveu a parte digamos assim de uma reflexão metodológica mesmo medidas em educação, medidas sociais e medidas em fenômenos sociais mas também porque isso ocorreu em articulação não foi uma decisão interna só da coordenação foi uma decisão que trouxe representantes do Conselho Nacional de Educação da câmara dos deputados do Senado Federal do fórum nacional de educação que são entidades que o próprio plano nacional de educação atribuí, a responsabilidade de acompanhar o plano então muito simplificadamente o Inep produz os dados, os relatórios e entrega para esses órgãos, esses órgãos não vão aferir se aquilo de fato tá se o plano tá avançando ou não, então na fase de elaboração dos indicadores na fase metodológica essas entidades participaram para validar, para enfim aperfeiçoar,

Então, essa foi uma fase muito importante. Esse momento de delimitação metodológica dos indicadores é outra fase, e aí na sequência vem todo o processo de construção de como seria feito o monitoramento porque definir as medidas foi um trabalho, mas ele enfim é a parte inicial do trabalho, não resolve tudo que precisava ser feito.

E aí colocar essas medidas em práticas aprender o processo de monitoramento, na prática, foi um desafio muito interessante também seja para tentar entender qual é a melhor forma de comunicar resultados de política educacional você está escrevendo, você está produzindo dados para vários públicos, seja para público o gestor educacional ao nível Estadual ao nível Municipal ou mesmo Federal. que não necessariamente tem condições de se dedicar a ficar lendo relatórios enormes enfim não, não há disponibilidade de tempo para isso, mas também tem o uso feito por setores da Imprensa por profissionais da Educação de modo geral por movimentos sociais então a produção ou o relato dos resultados ele tinha que considerar esses vários públicos isso também foi um aprendizado muito importante no trabalho, daí que se usava vários digamos assim recursos de divulgação sejam os relatórios bianuais de monitoramento das metas mesmo do Plano Nacional de Educação, cadernos de estudo para aprofundar alguns pontos alguns aspectos importantes das estratégias das metas, soluções de visualização mais amigáveis como painéis de visualização de dados, enfim emprego de mecanismos que permitiam as pessoas produzir suas próprias análises. Então, todo esse ferramental técnico foi bastante interessante. Participe do desenvolvimento, da implantação dele e dos aperfeiçoamentos, isso então eu acho que foi um ponto importante dessa experiência. Outro ponto, já em outro campo e dentro do Inep dessa diretoria, foram as discussões voltadas para pensar um modelo de aviação para a educação profissional e tecnológica. Essa é outra instância, outra esfera muito importante nesse período aí tem.

Enfim, outra história por causa disso, que é especificamente voltada para as políticas de educação profissional e tecnológica, outro sistema, outra discussão que realizamos também nesse período.

Thomas: Entendi, pessoal, vocês viram a importância primeiro nessa fala final agora de quando a gente fala das políticas educacionais e a gente perpassa muito ali pela falando dos ciclos que a gente mais conhece, no caso de vocês principalmente o ensino médio e onde vocês vão atuar em breve ou também do que eu falo muito da Educação Infantil, mas é importante a gente ver como essa visão do INEP ela é Global, a atenção delas para cada etapa de ensino, a preocupação com educação também tecnológica.

Então olha que interessante pessoal esse arcabouço educação é muito grande essa máquina é muito grande e uma coisa nós acompanhamos junto também nessa aula na nossa aula de para ver como que estavam as metas é a gente poder acessar o sistema e de forma amigável Robson, olhasse essas metas no meu Município elas foram atingidas então a gente pode acompanhar lá no município nessa aula exploramos Marília a gente viu que ótimo, Marília foi bem atingiu boas metas outras enfim precisa ainda melhorar enfim, mas uma forma amigável também para o público poder ver e analisar essas metas se familiarizar com o plano nacional de educação, agora surgiu uma polêmica enquanto estava ouvindo a sua fala nesse plano você acha que é que você falou lá da gestão democrática que realmente é uma meta que a gente comentou em aula que ela é muito difícil de mensura, você acha que tem algum outro ponto e que também esse plano ele assim derrapou digamos assim, que não foi legal.

Robson: Uma coisa que acompanha toda a elaboração de um plano é você ter um diagnóstico da situação que vocês encontram quem gerar um plano é uma definição de um horizonte é onde eu quero estar ou onde é o ideal o meu ideal de situação para daqui a 5, 10 enfim a depender do plano 20 anos só que para você ter um ideal de onde você quer estar que é o caso do PNE eu tenho o ideal de onde eu quero estar em 2024 era no caso quando foi publicado, você precisa ter um diagnóstico uma compreensão ótima de onde você está, porque às vezes você tem muito claro as suas aspirações onde você quer estar, mas às vezes você não tem muito evidente muito compreendido qual é o cenário, qual é o diagnóstico da situação em que você se encontra, isso no caso do plano que obviamente um documento muito amplo são 20 metas mais de 250 estratégia, então ele para cada etapa, modalidade, e nível da educação ele obviamente vai ter suas particularidades, mas eu acho que uma coisa que é não diria que faltou, eu diria que ela não foi equilibrada foi a realização de um diagnóstico de cada um dos cenários quer dizer isso foi um pouco desequilibrado algumas metas traziam objetivos dos quais se compreendia muito bem o ponto onde estávamos e onde queríamos chegar isso foi importante, até porque você ao definir objetivos é muito importante que você não cria aspirações muito longas para estimular o desânimo, afinal de contas eu nunca vou alcançar mesmo mas também é importante que seja realista porque senão resta a situação que não tem o que fazer, então e algumas metas do plano as metas de universalização do acesso à escola educação básica a sociedade brasileira o parlamento tinha uma compreensão muito clara de onde estava e onde queria chegar, mas em algumas

dimensões isso não ocorreu tão fortemente um exemplo, o plano nacional de educação traz uma meta a meta 10 de que 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos ocorra na forma integrada a educação profissional, o cenário quando o plano foi lançado era de apenas 3% das matrículas na educação de jovens e adultos, ou seja, na EJA e ao redor de 3% é eram integrados o plano veio trouxe a meta de 25% que é relativamente até se nós considerarmos o cenário internacional modesto enfim ao nível internacional essa integração tranquilamente passa dos 80 em vários países ela é integral toda educação de homens e adultos é integrada educação profissional, no Brasil não é o caso então isso Acabou gerando uma situação em que hoje você ainda se mantém ao redor dos 3% então em 10 anos você avançou muito quer dizer avançou quase nada e em uma meta porque talvez tenha faltado nesse momento um diagnóstico sobre as potencialidades e as capacidades de atingir aquilo então eu estabeleci uma meta só que ela não dialogou com as condições que eu tinha, quer dizer que condições eu tenho de alcançar essa meta e isso manteve uma certa frustração porque hoje o nível de alcance dessa meta é muito baixo, outro exemplo que eu acho que ilustra essa questão do da importância de um bom diagnóstico para de fato alcançar ou definir objetivos é o que se refere ao percentual de mestres doutores em universidades professores com mestrado e doutorado o plano trouxe uma meta que em alguns casos ela era praticamente já alcançada quando o plano foi publicado, houve uma um subdimensionamento e do desafio o desafio aquele que se colocava ele era relativamente já a situação descrita, então nesse caso no campo da percentual de docentes com mestrado doutorado do ensino superior à meta ela já basicamente ela não tinha ambição nenhuma. porque os valores que a gente alcançava naquela época já eram muito próximos, então isso é outro exemplo dessa falha quando você falha em entender onde você está antes de definir onde eu quero chegar em no caso da política educacional é essencial em geral há um discurso disseminado de que em educação tudo vai mas, enfim em muitos aspectos vai mal mesmo, mas, quando você olha de forma mais fria em um período histórico os dados de forma mais ampla você percebe que não é assim não é tudo vai mal, enfim avanços na taxa de alfabetização avanço na percentual das pessoas na escola percentual de pessoas no ensino superior, então você tem um conjunto de avanços, mas quando você traz um plano estabelece objetivos com um plano é fundamental que você tenha compreendido além de onde eu quero chegar sobretudo onde eu estou qual é o diagnóstico da minha situação da minha condição atual muitas vezes falta em alguns pontos como eu disse faltou no atual plano em outros não então isso foi desequilibrado, mas quando você isso até agora eu estou falando do Plano

Nacional de Educação a gente sabe que os municípios todos têm que ter seus planos, então são enfim mais de 5.500 planos os estados têm que ter seus planos são 27 planos então cada um teria que ter um uma compreensão porque o papel deles não é replicar o plano nacional era a partir do Plano Nacional desenvolver planos próprios, mas isso quando nós vamos analisar com mais detalhes a situação de dos planos municipais de vários planos estaduais isso não ocorreu os municípios não fizeram diagnóstico algum em muitos casos não fizeram diagnóstico sobre qual era o cenário Educacional deles eles não se conheciam, e aí eles saíram estabelecendo metas estabelecendo os objetivos de longo prazo sem saber efetivamente onde eles estavam e isso foi algo que prejudicou muito a execução dos planos municipais de educação planos e estaduais também.

Thomas: Pessoal é interessante é a gente notar isso por que a gente vê na nossa realidade tanto Estadual, quanto também intra município primeiro é o desconhecimento do Plano Nacional de Educação sabe que tem está lá, mas o que isso implica, olha que fala interessante essa sobre cada estado e município também ter um plano porque como falado aqui pelo Robson plano é onde eu quero chegar certo, mas eu preciso saber que condições, mas eu estou me encontrando, e quando eu olho para dentro do meu Município isso fica mais claro é claro sim precisa ter o plano lá balizador, enfim que é o plano nacional de educação, mas eu tenho que olhar também intra município isso é importante isso garante o sucesso Educacional, e se não sucesso garante que o pezinho fique lá no chão para saber onde eu realmente e quero chegar, mas uma coisa assustou bastante porque vai e nós vamos avançando na corrente do tempo e quando vai chegando perto aí de 2024 e que esse plano é estendido e você vê que a meta cumprida com louvor, mas como você acabou de falar que aquela dos doutores, que a meta foi cumprida e só essa você não sei se teve mais alguma meta cumprida não me lembro agora mais algumas enfim bateram na trave ou quase ali parcialmente não foram assim cumpridas e isso assusta um pouco quem acompanha perto quem está os gestores educacionais e dessas metas, então fica a sensação, não sei se você concatena, coisa de uma terra arrasada, isso é fato, isso está dentro do nosso imaginário?

Robson: Olha eu tendo um pouco a discordar da ideia de terra arrasada, é claro que a ideia de que as coisas estão muito ruins ela pode ter um efeito até motivador precisamos engajar e melhorá-la, mas quando a gente olha a educação brasileira de uma perspectiva histórica do que ela era até algumas décadas atrás os patamares que ela alcançou hoje e

muitos, muitas esferas ocorreram avanços em contestes, por exemplo, no campo do acesso ao ensino superior, foi um algo que ao longo que no decorrer desse do atual Plano de saúde e educação, ampliou-se muito então foi uma ampliação do acesso ao ensino superior de forma significativa por mais que a meta especificamente do Plano Nacional de Educação não tem alcançado o valor proposto, mas ela observou um crescimento importante isso é um avanço da educação brasileira, ou, por exemplo, nós imaginamos o total de crianças e adolescentes fora da escola, nós inda temos crianças adolescentes fora da escola, por outro lado, quando você olha isso em perspectiva histórica nota-se que ocorreu uma incorporação existem políticas de permanência que tornam o cenário atual muito menos pior do que era até décadas anteriores até enfim o cenário Educacional brasileiro até os anos 80, 90 e quando você compara ele com o cenário pós 2000, ou seja, numa perspectiva mais longo prazo, acho que a terra arrasada não descreve tudo, é claro que ainda em vários aspectos, resistem desafios mais complexos do que outro, por exemplo, na qualidade do aprendizado de modo geral isso se tornou algo mais relevante para sociedade brasileira nas últimas décadas, a sensação de que estar na escola é fundamental é importante, mas é fundamental também concluí-la com o aprendizado dizer essa percepção se consolidou mais e nesse campo com certeza tem muito desafio. O tem muita limitação ainda para ser enfrentar as desigualdades de aprendizado a partir de vários grupos né homens, mulheres negros não negros, populações do campo, populações urbanas ainda se mantêm desigualdades muito importantes e consistentes então assim de modo geral falando de bastante maneira bastante ampla muitas coisas permanecem como desafios muitas coisas permanecem ruins nos temas educacionais brasileiros é verdade, mas nas últimas décadas ocorreram sim avanços e para ter essa visão não diria otimista não é de modo algum a minha visão, mas tem uma visão menos desinformada ou pelo menos um certo pessimismo, mas com um certo respaldo na realidade é importante conhecer as várias esferas da educação brasileira, a trajetória da Educação de Jovens e Adultos é uma, a trajetória do acesso ao ensino superior é outra a trajetória de ampliação da educação profissional e tecnológica é outra, então assim nós entendermos melhor acompanharmos melhor cada uma dessas etapas cada uma dessas modalidades, vai constituindo-se uma visão mais global mais ampla sobre o panorama Educacional brasileiro, e aí vai permitir que nós afirmemos ou não com mais consistência se tudo vai mal ou tudo vai bem eu acho que nenhuma coisa nem outra, mas eu acho que no geral estamos melhor hoje do que algumas décadas atrás.

Thomas: Certo, e partindo desse pensamento, é algo que eu tenho visto muito na universidade, nas mesas redondas, nas apresentações que a gente faz e conversas surgem principalmente entre escolas, é a Secretaria de Educação, é usar a pandemia como o motivo para essa terra arrasada ou como a desculpa para não conseguir devido à pandemia, aí é o momento propício para perguntar e a pandemia, os impactos, até que ponto ela reflete ou se ela não reflete enfim, qual é a sua opinião, o que os números mostram para a gente.

Robson: Bom assim, a pandemia naturalmente impactou todo cenário educacional, todas as etapas, modalidades foram impactadas, foram modificadas, só que aí essa afirmação geral ela precisa para se tornar mais enfim faz mais sentido entender como ocorreu em cada uma das etapas dos níveis no caso da Educação Básica, você de fato constituiu um contingente significativo de crianças que passaram todo o processo de alfabetização, remoto continua a se compreender que tipo de efeitos de impactos pode ter no aprendizado das pessoas a longo prazo. No caso do ensino superior, por exemplo, tem estudantes na universidade aspirando vivê-la presencialmente, mas acabaram passando quase metade da sua formação em um modelo que a universidade também estava aprendendo a fazer, quer dizer que não era um modelo de educação tradicional não era o modelo de educação presencial, era uma configuração que teve que ser enfim adotada de forma emergencial e isso consequentemente tem impactos na formação das pessoas, e outras esferas que nós poderíamos apontar a dificuldade na primeiro eu acho que sim existem impactos a minha preocupação é que às vezes nós não temos dados informação o suficiente para entender esses impactos em todas as etapas e modalidades em muitos casos nós não temos, por exemplo, entre 2020 e 2021 foram os anos mais graves da pandemia houve uma orientação do Conselho Nacional de Educação de interromper, o processo de reprovação interrompeu, os processos para enfim contornar evidentemente o efeito da pandemia, mas nós não temos dos efeitos às causas uma análise ainda robusta consolidado o quanto isso gerou de impacto para aprendizado de crianças ou para o abandono escolar para evasão, então por mais que a pandemia já vá ficando alguns anos para trás nós continuamos em alguns casos, com diagnóstico parcial no caso da alfabetização.

É verdade que algumas políticas do ano passado para cá começaram a se preocupar em diagnosticar os níveis de alfabetização das crianças para tentar encontrar políticas para retomada de aprendizados ou enfim recuperação, mas em outros isso ainda é muito

precário a gente não tem uma avaliação efetiva sobre impacto da pandemia na aprendizagem no ensino superior, em várias áreas não temos, nas taxas de evasão do ensino médio o quanto a pandemia trouxe ou não de ampliação, então eu acho assim e a pandemia trouxe impactos, mas nem todos os cenários que ela impactou nós temos ainda informações suficientemente sólidas para nós entendermos o tamanho desse impacto, ainda eu acho que a pandemia ainda precisa ser muito estudada ainda por mais que nós temos como preferência esquecer um pouco dela por vários motivos, mas no caso das políticas educacionais os efeitos são de longo prazo eles, não são só os efeitos de curto prazo e eu acho que ainda existem várias esferas que precisam ser melhor compreendidas, precisam ser melhor entendidas para aí, sim, dizer onde o impacto foi mais profundo onde foi relevante se há alguma área para qual tem ser relevante, mas impactos houve.

Thomas: É interessante como eu comecei também na minha fala para nós não correremos o risco viu querido estudante de cair no senso comum, de se pautar tudo que também é numa época pandêmica, enfim ela teve impacto, sim, mas como o Robson disse também nós precisamos estudar muito isso esse período nosso histórico, porque ele vai ser importante em algum momento da nossa trajetória ainda nesse século, até mesmo nessa década e vai ajudar no nosso enfrentamento de outras enfim possíveis pandemias, mas conta para gente também eu estou um pouquinho curioso para saber o seu pensamento, sobre o ensino médio aqui no Brasil, a gente conversa e o ensino médio tem sido assim pauta de muitas polêmicas, reformas parece que na educação fundamental, educação infantil evoluiu muito, mas no ensino médio parece que quando a gente olha para o Ensino Médio parece que as coisas não estão bem. E qual seria sua opinião sobre isso?

Robson: Assim eu acho que no geral tá correta a sua afirmação as coisas não estão bem você pode usar para respaldar isso enfim dados, por exemplo, do SAEB que é o sistema de avaliação da Educação Básica do INEP especialmente que monitora anualmente no caso do ensino médio de forma a cada dois anos que monitora aprendizagens em língua portuguesa e matemática, por exemplo, há uma tendência de estagnação dos resultados outro indicador que foi muito usado e famoso é o IDEB também aponta para uma estagnação da situação do ensino médio especialmente o ensino médio público da rede estadual que é onde se concentra mais de 80% das nossas matrículas no ensino médio de fato corresponde, existem evidências sólidas de que de fato existe uma estagnação de que de fato o ensino médio tem muito que avançar, nesse

bojo que enfim se discute já há vários anos que ensino médio adotar, qual modelo deve ser enfim adotado, seja para tornar ele mais atrativo para os jovens ou mais adequada aos novos perfis que estão sempre mudando mas também para que ele tenha mais efeitos em termos de aprendizagem de que eleve os indicadores de aprendizagem e também de permanência porque no ensino médio a evasão é um fenômeno forte ainda isso são desafios que para os quais tenta se encontrar solução por meio de reformas que nós vemos nas últimas nos últimos anos e de disputas de projetos, afinal de contas em última instância a pergunta é qual é o papel do ensino médio no sistema educacional brasileiro, na sociedade brasileira e na economia brasileira. Então os projetos têm sempre isso como fundo, qual é o papel do ensino médio nessas esferas o ensino médio que, temos hoje no geral o consenso também é de que ele precisa de melhoras que precisa de aperfeiçoamento com certeza eu acho que particularmente um dos problemas do no ensino médio é que você tem uma necessidade de democratizá-la, ou seja, porque a educação básica ela é obrigatória dos quatro ou 17 anos quer dizer a expectativa é que todo mundo chegue ao ensino médio, então a expectativa é que ele se universaliza todo jovem atinja os seus 18, 19 anos já com educação básica completa, só que essa necessidade ela não encontra uma estrutura física uma estrutura docente, uma estrutura de modo geral no sistema de ensino capaz de responder a esse desafio, então você tem hoje um cenário de um ensino médio que tem um tem que atender um público gigantesco, mas com poucas melhoras com poucos aperfeiçoamentos de infraestrutura de pouco aperfeiçoamento nas carreiras na atratividade das carreiras docentes então o ensino médio ainda precisa se equilibrar entre essa precariedade de várias sobretudo o ensino médio público estadual e ter que responder uma demanda cada vez maior de pessoas que querem ter educação e ter o direito a ter Educação Básica completa, então assim uma das limitações ou um dos dos um dos entre os vários problemas do ensino médio contemporâneo, por um lado é a questão da infraestrutura do das escolas de modo geral elas replicam o modelo é muito restrito de formação humana muito centrado exclusivamente na sala de aula na aula docente positiva, quando se entende que o ensino médio é um momento de ampliação do dos saberes ampliação das experiência e a escola respaldada apenas na sua estrutura sala de aula Professor tem muito pouco a contribuir o tem muitas dificuldades, então eu acho que uma das questões é uma estrutura de ensino para o Ensino Médio que seja a altura das demandas das complexidades do ensino médio isso é um ponto e importante e uma resolução eu não sei se é uma resolução, mas um uma questão que acompanha todo o ensino médio antigo segundo grau nos últimos 100 anos

o Brasil é o debate sobre a formação para o trabalho isso é algo que faz parte da história do ensino médio, para isso se encontraram vários arranjos ao longo dos anos em determinados momentos havia uma separação absoluta entre a formação para no ensino médio para seguir uma carreira Universitária e a formação voltada para uma atividade profissional em outros momentos sobretudo nos anos 70 incorporou uma ideia de que todo o ensino médio deveria ser profissionalizante e foi revertida essa visão desde os anos 90 nós nos debatemos novamente com esses modelos de Ensino Médio o ensino médio voltado para o segmento dos estudos acadêmicos dos estudos universitários ou ensino médio voltada a pelo menos entregar alguns equipamentos umas habilidades para o egresso enfim conseguir uma locação no mercado de forma na sequência a educação básica esse desafio ele aparece ainda e se reflete nos modelos de Ensino Médio que nós temos hoje você tem modelos de Ensino Médio focados na preparação dos Estudantes sobretudo em escolas privadas de para o estudante conseguir ingressar em universidades competitivas e em cursos atraentes você tem um modelo do ensino médio que aspira que ele encontre na formação de Ensino Médio também uma formação profissional, uma formação que permita que o estudante ao terminar o, ensino médio não necessariamente vá para universidade caso queira ele vá, mas caso não queira ele consiga algum tipo de inserção ocupacional profissional o que exigiria uma profissionalização do ensino médio, isso de novo rebatido nas limitações de infraestrutura então está falando do ensino médio predominantemente que conta como estrutura escolas de sala de aula professor e uma quadra quando muito, mas enfim um ensino média de qualidade profissionalizante que oferecesse essa oportunidade exige muito mais do que isso tanto é que hoje nós temos diferenciais de rede, o ensino médio na rede estadual de modo geral com claro exceções, ele tende a ter menos estruturas do que, por exemplo, o ensino médio na rede Federal de ensino que enfim se encaminha para uma integração entre a educação profissional e a formação básica então você acaba tendo muitas configurações de Ensino Médio que é preciso também compreendê-las de forma diferenciada antes diz é o ensino médio de modo geral é ruim? Olha eu diria que o ensino médio na escola pública Estadual ele é muito desigual e ele tem muitos problemas assim enfrentados, mas é obviamente também existem experiências de sucesso dentro da escola pública Estadual, mas é um ensino médio com condições diferentes daquele vivenciado em escolas privadas de modo geral ou nas escolas da rede Federal então é importante para entender, inclusive entender os debates que aconteceram nos últimos anos sobre reforma do ensino médio, a mudança da reforma, a reforma da reforma tudo isso que aconteceu nos últimos anos tem a ver com

essa discussão sobre qual é o papel do ensino médio na sociedade contemporânea e a relação dele com o trabalho e o ensino superior é importante sempre ter isso em mente para entender o ensino médio de modo geral mas também as diversas configurações que eles têm que ele tem

Thomas: É o que a gente vê, parece que assim. foi uma roupagem nova, mas para velhos costumes uma infraestrutura também já como você falou do outro século para o Ensino Médio e isso é claro que não ia realmente dar resposta para aquilo que o jovem precisa que é uma aprendizagem significativa que vai ser importante para ele mas também uma preparação para vida dele, para o mundo do trabalho, então o ensino médio parece que propôs uma roupa lá diferente, até com as matérias que a gente falava lá que eram, tinham eletivas tinham as matérias aí voltadas para tecnologia até do projeto de vida. mas que também não mostraram que vieram ficar só num papel então aquilo realmente foi uma roupa diferente isso é claro que preocupa para quem tá no ensino médio para quem vai ministrar futuramente aulas é uma preocupação alguns também jovens que acabaram de sair no ensino médio e aí quando se deparam com a realidade da faculdade com a realidade universitária eles têm um baque, porque daí que acontece o ensino superior vai exigir deles mais autonomia e aí eles derrapam na autonomia, porque o ensino médio ou assim grande parte da educação também eles tiveram assim não cultivaram essa habilidade de autonomia, na faculdade ainda ela é mais exigida, mas enfim, como nossa última pergunta para encerrar também, quais as perspectivas que você vê assim para educação para política educacional e também pensando no próximo PNE, eu sei que você não está no Inep agora, mas como que você vê essa perspectiva aí para os próximos 10 anos?

Robson: Bom enfim é bastante ampla as possibilidades de resposta, de novo vão existir trajetórias ou possibilidades diferentes ou enfim horizontes distintos a depender de qual etapa, de qual público de qual grupo nós estamos falando, eu acho que no caso da Educação Básica a grande perspectiva ou a grande expectativa é que os itinerários do novo ensino médio (Lei nº 13.415/2017), enfim do projeto ensino médio aprovado agora comecem a mostrar efetivamente o que eles têm a integrar ou tornar o ensino médio mais significativo, tornar ele mais atraente sobretudo para permanência, então essa é uma novidade uma questão que nos próximos anos vai trazer fruto para gente avaliar se enfim vão ser positivos ou não ao mesmo tempo, tem algumas políticas educacionais que tem se dedicado a enfrentar o problema da evasão no ensino médio tem um programa Federal

que é o pé de meia que enfim oferece um incentivo monetário para estudantes pobres permanecerem na escola se matricularem permanecer então a gente ainda tá numa fase algumas coisas estão acontecendo nós vamos precisar ver que efeitos elas vão ter a médio prazo que um uma questão a outra eu acho que no ainda no caso do ensino é especificamente o papel da educação profissional nesse cenário todo, você a legislação inclusive com a reforma do ensino médio propõe um, itinerário de formação profissional que coloca de novo a discussão que fizemos antes qual é o papel do ensino médio no que diz respeito ao mundo do trabalho, e que tipo de formação especialmente profissional o estudante de ensino médio deveria receber então e isso com a reforma no ensino médio passa a ser novamente uma questão em destaque você coloca um dos itinerários formativos que é o de formação profissional, só que obviamente como nós dissemos isso rebate nas possibilidades da estrutura educacional que nós temos hoje na escola pública que evidentemente tem muitos limites para realizar o ideário dos itinerários das possibilidades de escolha em relação ao ensino superior às coisas mudaram muito nos últimos anos, nas últimas décadas, sobretudo na última década e a grande discussão do ensino superior obviamente ainda é a questão do acesso, mas você tem cada vez mais uma dificuldade de atratividade para algumas áreas sobretudo para aquelas de formação de professores, são áreas que enfim pedem atratividade permanência dos estudantes no ensino superior passou a ser um problema também por mais que o acesso seja a ampliação do acesso é ainda a grande questão você tem e dificuldades de permanência os estudantes evadem mais antes do que mais hoje do que antes no ensino superior isso é um desafio porque especialmente no ensino superior público isso implica um gasto elevado porque você enfim disponibiliza a estrutura disponibiliza a vaga pressupondo um quantitativo de matrículas e com o tempo a evasão torna isso e muito a quem do esperado então esse é outro desafio nos próximos anos e entender o papel quer dizer que ensino superior é esse que temos e por ele deixou de ser atrativo ou passou a ser atrativo o que isso tem a ver com as novas configurações ensino superior que, por exemplo, no caso de educação à distância hoje ela passou a ser a maior responsável por matrículas especialmente na área de formação de professores, ou seja, uma realidade que se impõe que vai traz mudanças obviamente que também precisam ser e refletidas é outra coisa que ganha muito destaque que nos próximos anos se aprofunda é a questão da desigualdade no acesso assim uma coisa é um panorama geral e seja positivo, ou seja, negativo ele ainda é sempre parcial porque dentro desse Panorama tem muitos ângulos a trajetória de acesso a ensino superior para determinados grupos de elevada renda, por exemplo, ela não é nova não você tem

um cenário que é o mesmo há 40 anos determinados segmentos socioeconômicos já tem o acesso similar ao que tinha o que tem hoje é similar ao que tinha há 40 anos não mudou nada né para outros grupos não então é essas desigualdades essas diferenças elas precisam ser olhadas com mais atenção e isso é acho que são desafios que se colocam aí para os próximos anos do ins superior também é uma questão importante e várias outras diversidades não só diversidades, mas como desigualdades acho que são questões que enfim estão aí não no horizonte que desafiam quem for trabalhar com educação com política educacional de modo geral sempre tendo em vista a necessidade de ser menos digamos assim ansioso nas conclusões em educação às vezes faz sentido do ponto de vista político ser ansioso ser muito peremptório conclusivo nas afirmações, mas não é possível é um campo é muito amplo é muito diverso então é importante ter um pouco de menos ansiedade nas conclusões as coisas são sempre mais complexas do que parecem no primeiro momento.

Thomas: É verdade e a gente acompanhou isso também durante as aulas no e no estudo que a gente fez tanto da LDB quanto do PNE quanto os nossos currículos também e da complexidade deles, mas a grande idade que eles trazem e os problemas que eles vão ter mesmo educação acho que sim ela avançou bastante e é ótimo isso que ela tem avançado, mas é saber exatamente como Robson falou onde a gente está onde realmente a gente quer chegar e ter sempre isso dentro da gente fazer uma boa gestão contar com essa gestão democrática também no começo da fala dele deixa deixou isso bem claro que para fazer o PNE ouviram-se várias partes várias frentes para se criar e isso é um grande caminho é um grande passo para que realmente no fim a gente possa ter aprendizagem significativa ter a diminuição da desigualdade nós vimos também a nossa preocupação e do Robson aqui também com os vários grupos com as várias modalidades de ensino também com o ensino médio com educação tecnológica isso tem que perpassar também pelo nosso conhecimento docente nós temos que estar por dentro dessas esferas por isso a gente estuda política educacional e dentro da faculdade isso é importante porque também é o nosso pensamento crítico e reflexivo acerca da nossa realidade.

Thomas: Robson, muito obrigado pela sua fala, com certeza vai ajudar muito o nosso estudante aqui da FAJOPA a ter a melhorar essa visão do mundo deles e expandir horizontes, saber que o problema é maior e que se tem soluções também e que há órgãos que estão batalhando enfim para essa melhora, então agradecemos muito a sua participação aqui, obrigado.

Robson: Eu que agradeço, enfim, boa sorte para todos, pessoal, um abraço.

Thomas: Nós terminamos aqui mais uma aula de política educacional e gestão escolar. Foi um prazer estar com vocês aqui, um abraço grande e até a nossa próxima aula.

Considerações Finais

Ao término da entrevista do Prof. Dr. Robson dos Santos fica evidente a relevância dos marcos legais da política educacional brasileira e, em especial, do Plano Nacional de Educação (PNE) como instrumento de planejamento e monitoramento das ações voltadas à melhoria da qualidade da educação brasileira. Se por um lado, o PNE demonstrou ser um instrumento de políticas públicas voltadas à educação por meio do estabelecimento de metas e estratégias para diferentes etapas e modalidades de ensino, por outro, sua execução demonstrou limites significativos, sobretudo no que tange à ausência de diagnósticos consistentes em algumas áreas que não correspondiam à realidade dos Estados e Regiões brasileiras, o que dificultou uma perspectiva de gestão democrática neste plano. Em que pese todos esses aspectos, é preciso reconhecer que, ao longo de sua vigência, o PNE contribuiu para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, bem como a redução das taxas de analfabetismo, contrapondo a uma visão fatalista de “terra arrasada” no cenário educacional brasileiro.

Não obstante os impactos provocados pela COVID-19, mesmo que transversalmente na educação, é preciso ressaltar que houve empenho por parte de todos os educadores em manter a qualidade do ensino-aprendizagem. Embora estejamos em processo de elaboração dos dados quantitativos que nos permitam mensurar os reais impactos da pandemia no processo educativo em diversos níveis, um fato se apresenta pacífico: há a necessidade de se pensar políticas públicas de valorização docente, projetos que visem à recuperação das aprendizagens e políticas de combate às desigualdades que nesse contexto se tornaram cada vez mais evidentes.

A fragilidade das aprendizagens e a acentuação das desigualdades sociais vieram à luz com os dados do SAEB e IDEB relativos ao Ensino Médio. Os níveis de aprendizagem, especialmente em língua portuguesa e matemática, mostraram-se deficientes, enquanto houve um aumento considerável da evasão escolar para esse nível. Soma-se a isso um dilema histórico: a indefinição entre uma formação voltada para a continuidade acadêmica e outra direcionada ao mundo do trabalho, agravada pela precariedade estrutural das redes estaduais. Como sabemos, a recente reforma do Ensino

Médio trazida pela Base Nacional Comum Curricular trouxe à tona esse debate, contudo, sua solução depende de um alto investimento em infraestrutura, reafirmação de uma política pública de valorização da carreira docente e estabelecimento de um Projeto Político Pedagógico verdadeiramente democrático.

Nesse contexto, a presente entrevista ressaltou a importância de se pensar a formação do professor de Filosofia não pode restringir-se ao domínio dos conteúdos específicos da disciplina, mas que desenvolva uma compreensão crítica sobre as condições históricas, sociais e políticas que estruturam a escola, percebendo a docência como uma prática social que envolve uma responsabilidade histórica e social, por meio do pensamento crítico e da árdua defesa dos ideais democráticos e republicanos como a igualdade, a equidade e a justiça social.

Por fim, a entrevista nos permite pensar que a próxima elaboração do Plano Nacional de Educação exigirá muito mais do que habilidade técnica e dados estatísticos, mas a produção de metas que sejam exequíveis, de modo a sanar as lacunas do plano anterior. Acreditamos que questões de ordem social devam ter maior destaque num novo plano, como a desigualdade de acesso ao sistema de educação brasileiro, a evasão escolar, atratividade da carreira docente como também uma redefinição clara e sem instrumentalização do papel do Ensino Médio na formação dos jovens brasileiros. Nesse horizonte, o diálogo entre Filosofia e política educacional apresenta-se como fundamental, pois possibilita aos licenciandos em Filosofia reconhecer a complexidade do sistema educacional brasileiro e contribuir para seu aprimoramento.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24/08/2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 24/08/2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br> Acesso em 24/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

Recebido em: 24/08/2025

Aprovado em: 30/08/2025